



ATA DA REUNIÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM COM CARÁTER EXCECIONAL PARA O PREENCHIMENTO DE 2 POSTO DE TRABALHO DA CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO (SECÇÃO ADMINISTRATIVA E DE ATENDIMENTO / ESPAÇOS CIDADÃO), CONFORME CARACTERIZAÇÃO NO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA

No dia 07 de junho de 2019, nesta cidade de Albergaria-a-Velha, em cumprimento do despacho da Sr.ª Vereadora Dr.ª Sandra Almeida, datado de 6 de junho de 2019, reuniu o Júri do Procedimento Concursal Comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na categoria de Assistente Técnico (Secção Administrativa e de Atendimento / Espaços Cidadão), conforme previsto no mapa de pessoal da autarquia, constituído por Iolanda Maria Martins Marques, Chefe da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento, presidente do Júri, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior e Maria Etelvina Tavares Ferreira, Assistente Técnica, ambas vogais efetivas, a fim de definir os critérios de ponderação dos métodos de seleção.

A reunião foi aberta e após larga troca de impressões o Júri decidiu por unanimidade:

1. Nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugada com o artigo 36.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, serão utilizados no presente procedimento os seguintes métodos de seleção:

1.1 Para candidatos com Relação Jurídica de Emprego Público que não estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, e para candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, não tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade:

PC - Prova de Conhecimentos

AP - Avaliação Psicológica

1.2 Para candidatos com Relação Jurídica de Emprego Público que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa e para candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade:

AC - Avaliação Curricular

EAC - Entrevista de Avaliação de Competências

Estes métodos poderão ser afastados pelos candidatos através de declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos.

2 Os itens a avaliar em cada método serão os seguintes:

a) As **provas de conhecimentos (PC)** com uma ponderação de 50%, terão a duração de 60 minutos, com mais 30 minutos de tolerância, sendo a avaliação feita numa escala de 0 a 20 valores, sendo a valoração considerada até às centésimas.

As provas revestirão a forma escrita, serão realizadas com consulta da legislação e incidirão sobre as matérias abaixo indicadas:



- Lei n.º 75/2013 de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais, Estatuto das Entidades Intermunicipais, Regime Jurídico da Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e Regime Jurídico do Associativismo Autárquico), na sua atual redação (com as seguintes alterações: Retificação n.º 46-C/2013, de 01/11, Retificação n.º 50-A/2013, de 11/11; Lei n.º 25/2015, de 30/03; Lei n.º 69/2015, de 16/07; Lei n.º 7-A/2016, de 30/03; Lei n.º 42/2016, de 28/12; Lei n.º 50/2018, de 16/08);
- DL n.º 4/2015, de 07/01 (Código do Procedimento Administrativo);
- Lei n.º 35/2014 de 20/06 (Lei geral do trabalho em funções públicas), na sua atual redação (com as seguintes alterações: Retificação n.º 37-A/2014, de 19/08; Lei n.º 82-B/2014, de 31/12; Lei n.º 84/2015, de 07/08; Lei n.º 18/2016, de 20/06; Lei n.º 42/2016, de 28/12; Lei n.º 25/2017, de 30/05; Lei n.º 70/2017, de 14/08; Lei n.º 73/2017, de 16/08; Lei n.º 49/2018, de 14/08; Lei n.º 71/2018, de 31/12; Lei n.º 6/2019, de 14/01);
- Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro (Licenciamento e Fiscalização pelas Câmaras Municipais de Atividades cometidas aos Governadores Cívicos), na sua atual redação (com as seguintes alterações: DL n.º 156/2004, de 30/06; DL n.º 9/2007, de 17/01; DL n.º 114/2008, de 01/07; DL n.º 48/2011, de 01/04; DL n.º 204/2012, de 29/08; DL n.º 75/2013, de 12/09; DL n.º 51/2015, de 13/04; DL n.º 105/2015, de 25/08);
- DL n.º 48/2011, de 01 de Abril (Licenciamento Zero), na sua atual redação (com as seguintes alterações: DL n.º 141/2012, de 11/07; DL n.º 10/2015, de 16/01);
- Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro (regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério), na sua atual redação (com as seguintes alterações: DL n.º 5/2000, de 29/01; DL n.º 138/2000, de 13/07; DL n.º 30/2006, de 11/07; DL n.º 109/2010, de 14/10; DL n.º 14/2016, de 09/06);
- Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro (Regulação das atividades do comércio, serviços e restauração), na sua atual redação (com as seguintes alterações: DL n.º 102/2017, de 23/08; Lei n.º 15/2018, de 27/03);
- Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto (Exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias em Portugal)
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro (Regulamento Geral do Ruído), na sua atual redação (com as seguintes alterações: Rect. N.º 18/2007, de 14/03; DL n.º 278/2007, de 01/08);
- Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), na sua atual redação (com as seguintes alterações: Lei Orgânica n.º 5-A/2001, de 26/11; Lei Orgânica n.º 3/2005, de 29/08; Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15/12; Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30/11; Lei n.º 72-A/2015, de 23/07; Lei Orgânica n.º 2/2017, de 02/05; Lei Orgânica n.º 1/2017, de 02/05; Lei Orgânica n.º 3/2018, de 17/08);
- Lei Orgânica n.º 3/2006, 29/03 (Lei da Paridade), na sua atual redação (com as seguintes alterações: Rect. n.º 71/2006, de 04/10; Lei Orgânica n.º 1/2017, 02/05; DR 2-A/2005, 24/03);
- DL n.º 124/2006 (Defesa da Floresta contra Incêndios), na sua atual redação (com as seguintes alterações: DL n.º 17/2009, de 14/01; DL n.º 15/2009, de 14/01; DL n.º 114/2011, de 30/11; DL n.º 83/2014, de 23/05; Lei n.º 76/2017, de 17/08; Retificação n.º 27/2017, de 02/10; DL n.º 10/2018, de 14/02; DL n.º 14/2019, de 21/01);
- DL n.º 87/1999 (Processo de angariação de receitas para fins de beneficência e assistência);
- DL n.º 309/2002 (Instalação e funcionamento de recintos de espetáculos), na sua atual redação (com as seguintes alterações: DL n.º 141/2009, de 16/06; DL n.º 268/2009, de 29/09; DL n.º 48/2011, de 01/04; DL n.º 204/2012, de 29/08).

b) **A Avaliação Psicológica (AP)**, que terá uma ponderação de 50%, visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais do candidato e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar e será valorada da seguinte forma: Elevado – 20 valores, Bom – 16 valores, Suficiente – 12 valores, Reduzido – 8 valores, Insuficiente – 4 valores. Esta prova deverá revestir apenas uma fase.

c) **A Avaliação Curricular (AC)**, terá uma ponderação de 50%, será expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a valoração considerada até às centésimas, resultando a nota final da média ponderada dos valores atribuídos nos itens “Habilitações Literárias”, “Formação Profissional”, “Experiência Profissional” e “Avaliação do Desempenho”, de acordo com os seguintes parâmetros:

C.1. Experiência profissional nas funções para que é aberto o procedimento (valendo 40% da pontuação da avaliação curricular), da seguinte forma:

Experiência de até 1 ano em funções similares - 5 valores
Experiência de até 1 ano nas funções - 10 valores
Experiência superior a 1 e inferior a 3 anos em funções similares - 10 valores
Experiência superior a 1 e inferior a 3 anos nas funções - 15 valores
Experiência superior a 3 anos em funções similares - 15 valores
Experiência superior a 3 anos nas funções - 20 valores

C.2. Formação profissional específica na área da função (que inclui, obrigatoriamente, a formação da Agência para a Modernização Administrativa para atendimento digital assistido nos Espaços Cidadão), valendo 30% da pontuação da avaliação curricular, da seguinte forma:

Sem formação específica na área da função para que é aberto o procedimento - 0 valores
Formação específica, de duração até 25 horas - 5 valores
Formação específica, de duração entre 26 e 50 horas - 7 valores
Formação específica, de duração entre 51 e 75 horas - 9 valores
Formação específica, de duração entre 76 e 100 horas - 11 valores
Formação específica, de duração entre 101 e 125 horas - 13 valores
Formação específica, de duração entre 126 e 150 horas - 15 valores
Formação específica, de duração entre a 150 e 175 horas - 17 valores
Formação específica, de duração superior a 175 horas – 20 valores

C.3. Habilitações literárias (valendo 20% da pontuação da avaliação curricular), da seguinte forma:

12.º ano com média de conclusão até 11 valores -10 valores
12.º ano com média de conclusão entre 12 e 14 valores -15 valores
12.º ano com média de conclusão superior a 14 valores - 20 valores





Caso os certificados de habilitações entregues não permitam aferir a nota de conclusão do 12.º ano, será atribuída neste item a pontuação de 10 valores.

C.4. Avaliação de Desempenho: (valendo 10% da pontuação da avaliação curricular), da seguinte forma:

A pontuação da avaliação resultará da média simples das avaliações obtidas nos últimos 3 anos classificados (sendo utilizados os anos avaliados), que deverá ser convertida numa escala de 0 a 20 valores, da seguinte forma: Avaliação de 0 a 5 valores multiplicada por 4; Avaliação de 0 a 10 valores multiplicada por 2.

Caso não exista avaliação de desempenho, será atribuída neste item a pontuação de 10 valores.

A pontuação final a atribuir à Avaliação Curricular (AC) será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = (HL \times 20\%) + (FP \times 30\%) + (EP \times 40\%) + (AD \times 10\%)$$

Em que: **AC** = Avaliação Curricular; **HL** = Habilitações Literárias; **FP** = Formação Profissional; **EP** = Experiência Profissional; **AD** = Avaliação do desempenho;

d) **A entrevista de avaliação de competências (EAC)** terá uma ponderação de 50%, será composta por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências da função, associado a uma grelha de avaliação individual, e será classificada segundo os níveis qualitativos de Elevado – 20 valores, Bom – 16 valores, Suficiente – 12 valores, Reduzido – 8 valores e Insuficiente – 4 valores.

A entrevista terá uma duração prevista de 20 minutos e serão avaliadas as seguintes competências:

- **Orientação para Resultados** - Capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas que lhe são solicitadas;
- **Orientação para o Serviço Público** - Capacidade para exercer a sua atividade respeitando os valores e normas gerais do serviço público e do sector concreto em que trabalha;
- **Relacionamento Interpessoal** - Capacidade para interagir, adequadamente, com pessoas com diferentes características, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada;
- **Adaptação e Melhoria Contínua** - Capacidade para se ajustar a novas tarefas e atividades e de se empenhar na aprendizagem e desenvolvimento profissional;
- **Iniciativa e Autonomia** - Capacidade de atuar de modo proactivo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativas no sentido da resolução de problemas;
- **Responsabilidade e Compromisso com o Serviço** - Capacidade para reconhecer o contributo da sua atividade para o funcionamento do serviço, desempenhando as suas tarefas e atividades de forma diligente e responsável;
- **Conhecimentos e Experiência** - Capacidade para aplicar, de forma adequada, os conhecimentos e experiência profissional essenciais para o desempenho das suas tarefas e atividades.



3. Classificação final - A classificação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média ponderada das classificações quantitativas dos dois métodos de seleção realizados e será expressa na escala de 0 a 20 valores, arredondada às centésimas, de acordo com as seguintes fórmulas:

Candidatos que realizem Prova Escrita de Conhecimentos e Avaliação Psicológica: Classificação Final (CF) = (PECx0,50) + (APx0,50)

Em que: CF = Classificação final; PEC = Prova Escrita de Conhecimentos; AP = Avaliação psicológica;

Candidatos que realizem Avaliação curricular e Entrevista de Avaliação de Competências: Classificação Final (CF) = (ACx0,50) + (EACx0,50)

Em que: CF = Classificação final; AC = Avaliação Curricular; EAC = Entrevista de Avaliação de Competências;

4. Serão excluídos os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores em qualquer dos métodos de seleção, não sendo convocados para o método seguinte os candidatos que obtenham nota inferior a 9,5 valores no 1.º método de seleção;

5. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção para que sejam convocados equivale à desistência do procedimento;

6. Os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores consideram-se excluídos do procedimento, nos termos do n.º 10.º, do artigo 9.º, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

7. Em caso de igualdade de valoração entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. Subsistindo empate após a utilização destes critérios, serão adotados os seguintes critérios de preferência: 1.º Maior tempo (em dias) de experiência profissional; 2.º Maior número (em horas, sendo considerados os últimos 5 anos) de formação profissional; 3.º Maior habilitação académica.

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente do Júri, Iolanda Maria Martins Marques, deu por encerrada a reunião, cuja ata foi lida e aprovada, e vai ser assinada por todos os elementos do Júri

O PRESIDENTE

O VOGAL EFECTIVO

O VOGAL EFECTIVO

